

AFRO-TERRITORIALIDADE: UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA AFROCENTRADA PARA COMPREENDER AS DINÂMICAS TERRITORIAIS DOS TERREIROS DE CANDOMBLÉ

Emerson Melo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Maricá, RJ, Brasil

meloemersonc@gmail.com

RESUMO

A reflexão aqui encaminhada tem como característica propositiva apresentar a afro-territorialidade como uma perspectiva teórico-conceitual geográfica que possibilita compreender as dinâmicas territoriais dos terreiros de candomblé a partir de uma crítica afrocentrada. Trata-se de uma perspectiva analítica que coloca em evidência os princípios e valores das tradições afroreligiosas como elementos essenciais para constituição de suas próprias territorialidades - organização socioespacial que rompe com a lógica das tradições hegemônicas. Para tanto, este estudo foi elaborado a partir da intersecção e orientação de eixos investigativos afrocentrados alinhados aos pressupostos teóricos que sustentam o conceito de territorialidade, os quais nos possibilitou identificar a afro-territorialidade como um constructo cultural, inerente às tradições de luta e resistência do agente negro em sua forma de uso e apropriação do espaço. Sob esta perspectiva, foi possível identificar/classificar o terreiro de candomblé como um território cultural, constituído a partir de um conjunto de valores mítico-filosóficos que nutrem às essências dos signos e símbolos que o constitui, ao mesmo tempo que estabelece as regras de comportamentos sociais dos membros que com ele se relacionam; tanto nos diferentes espaços/lugares de culto dispostos no interior dos terreiros, como naqueles que se estendem para além dele.

Palavras-chave: Afrocentricidade. Território cultural. Religiões de matriz africana.

AFRO-TERRITORIALITY: AN AFROCENTRIC GEOGRAPHIC PERSPECTIVE TO UNDERSTAND THE TERRITORIAL DYNAMICS OF TERREIROS DE CANDOMBLÉ

ABSTRACT

The reflection presented here has the propositional characteristic of presenting Afro-territoriality as a theoretical-conceptual geographic perspective that makes it possible to understand the territorial dynamics of terreiros de candomblé territories from an Afrocentric criticism. It is an analytical perspective that highlights the principles and values of the afro-religious traditions as essential elements for the constitution of their own territorialities - a socio-spatial organization that breaks with the logic of hegemonic traditions. To this end, this study was prepared based on the intersection and orientation of Afrocentric investigative axes aligned with the theoretical assumptions that support the concept of territoriality, which enabled us to identify the afro-territoriality as a cultural construct, inherent to the traditions of struggle and resistance of the black agent in its form of use and appropriation of space. From this perspective, it was possible to identify/classify the terreiro de Candomblé as a cultural territory, constituted from a set of mythical-philosophical values that nourish the essences of the signs and symbols that constitute it, while establishing the rules of social behavior of the members who relate to it; both in the different spaces/places of worship arranged inside the terreiros, as well as in those that extend beyond it.

Keywords: Afrocentricity. Cultural territory. African matrix religions.

INTRODUÇÃO.

A reflexão aqui encaminhada tem como característica propositiva apresentar a afro-territorialidade como uma perspectiva teórico-conceitual geográfica afrocentrada que coloca em evidência o protagonismo da população negra que, mesmo submetida às opressões do sistema mercantil-escravagista/pré-capitalista, conseguiu se (re)territorializar em terras brasileiras, ainda no século XVIII, a partir do (re)estabelecimento do culto de seus ancestrais e, decorrente deste, redesenhar territorialidades a partir de um conjunto de elementos culturais tipicamente negros que, ainda hoje,

embora ressignificados, são (re)produzidos no interior dos terreiros de candomblé que se espalham por todo o Brasil e demais países da América do Sul e Europa (MELO e CORRÊA, 2016; MELO, 2019).

Uma reflexão elaborada sob o prisma da afrocentricidade - abordagem epistemológica - proposta por Molefi Kete Asante (1980), em *Afrocentricity: the theory of social change*, onde o autor aponta que os povos negros, de forma geral, foram e ainda são tolhidos de seu legado histórico, pois independentemente de sua contribuição para o desenvolvimento do chamado mundo moderno, os africanos e, conseqüentemente, os afro-descendentes sempre são retratados como inferiores e/ou primitivos em relação à cultura branco-hegemônica.

Trata-se de uma forma de ativismo epistêmico e do cuidado com o lugar de observação e fala do pesquisador em relação ao sujeito/objeto da pesquisa, principalmente por reconhecer as conseqüências históricas da descaracterização dos aspectos estruturais da cultura, política, economia e, principalmente, da religiosidade dos diversos povos africanos, interrompendo, com isso, a (re)produção de discursos que retratam pejorativamente as diferentes formas de manifestações e expressões culturais de origem negra.

É nesta perspectiva que se emprega aqui o uso do termo “afro” ao conceito de territorialidade, pois conforme descrito no Dicionário Houaiss, o termo em questão faz alusão e rememora: (1) ao/s “indivíduo/s afro/s”; (2) ao/s “africano/s”; (3) “[...] que se inspira em modelos típicos da África negra” (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. 89), o que permite adjetivar e, ao mesmo tempo, atribuir uma identidade peculiar ao conceito em tela, fator de extrema relevância, principalmente por considerar a origem socioespacial do fenômeno afroreligioso enquanto um mecanismo peculiar de luta e resistência dos povos negros ao sistema branco-hegemônico. Sendo assim, ressalta-se que a noção de territorialidade adotada neste estudo, segue os referenciais propostos por Robert Sack (1986), em *Human territoriality: its theory and history*, quando sugere que “a definição formal da territorialidade não nos diz apenas o que é a territorialidade, mas o que ela pode ser e/ou fazer” (p. 21, tradução do autor).

Deste modo, a afro-territorialidade enquanto uma perspectiva de análise socioespacial - atual - empregada em estudos sobre as dinâmicas territoriais dos terreiros de candomblé, assume a condição de um “conceito”, pois compreende a uma forma de apreciação crítica que se manifesta por meio de uma “ideia” sobre um objeto real, uma vez que o aporte teórico que a sustenta torna possível “a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis” (ABBAGNANO, 2007, p. 164). Ou seja, trata-se de uma perspectiva que torna possível compreender tanto as dinâmicas territoriais que se limitam as áreas internas dos terreiros, quanto àquelas que se estendem para além dele, como: o uso de áreas verdes (parques e matas), nascentes d’água (rios, córregos e lagos), praias, estradas, becos, vielas, encruzilhadas, entre outros espaços.

Um eixo de investigação e análise que reconhece os princípios filosóficos, míticos e religiosos das tradições afro como pressupostos existenciais e essências para a compreensão dos terreiros de candomblé enquanto um fenômeno geográfico, já que tais elementos estão presentes simbolicamente em diferentes paisagens e lugares, ou seja, se materializam em todo o espaço percorrido e ocupado por seus membros. Princípio de organização socioespacial que difere as religiões de matrizes africanas de outros modelos religiosos, principalmente daqueles de origem judaico-cristão, descritos geograficamente sob a luz do “espaço sagrado” e do “espaço profano”.

Isto posto, destaca-se que a reflexão em tela está dividida em duas seções, a primeira dedicada a caracterização das estruturas epistemológicas e teórico-conceituais que fundamentam a afro-territorialidade, enquanto uma abordagem geográfica afrocentrada, e a segunda compreende a aplicabilidade da perspectiva em debate no campo dos estudos geográficos dedicados a compreensão das dinâmicas territoriais que envolvem os princípios de organização dos terreiros de candomblé.

UM OLHAR GEOGRÁFICO SOB O PRISMA DA AFROCENTRICIDADE: CONCEITUANDO A AFRO-TERRITORIALIDADE

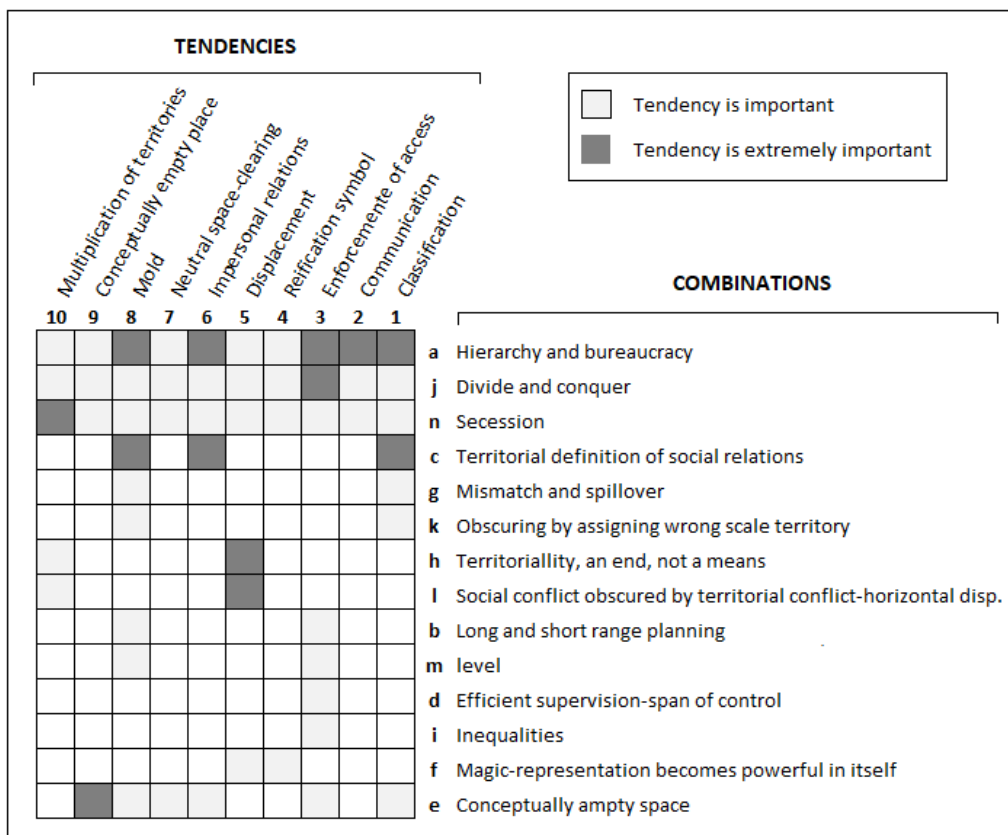
A afro-territorialidade enquanto uma perspectiva de análise constitui-se a partir de eixos investigativos afrocentrados, alinhados ao conceito de territorialidade - aporte teórico-metodológico que torna possível compreender as dinâmicas territoriais dos terreiros de candomblé a partir dos princípios

mítico-filosóficos próprios das tradições afrorreligiosas. Neste sentido, cabe pontuar que, a elaboração de uma análise afrocentrada corresponde ao:

- (1) interesse pela localização psicológica [preocupação com o lugar de observação e fala do pesquisador em relação ao objeto].
- (2) compromisso com a descoberta do lugar do africano como sujeito [reconhecimento do protagonismo do agente negro-africano e afrodescendente na constituição de suas próprias territorialidades].
- (3) defesa dos elementos culturais africanos [reconhecimento dos princípios filosóficos que sustentam o conjunto de signos e símbolos - visíveis e invisíveis - que orientam as práticas afrorreligiosas, princípios da afro-territorialidade, tida aqui como referência de pensamento e estruturação dos elementos que são (re)produzidos territorialmente por diferentes terreiros de candomblé].
- (4) compromisso com o refinamento léxico [preocupação com aquilo que se escreve enquanto resultado de um olhar afrocêntrico e decolonial].
- (5) compromisso com uma nova narrativa da história [reconhecimento dos povos negro-africanos e afrodescendentes enquanto agentes históricos] (ASANTE, 2009, p. 96).

A abordagem em tela compreende ao compromisso com uma nova narrativa, ou seja, a tentativa de romper com o discurso eurocêntrico que desconsidera as diferentes formas de conhecimento de origem negro-africana e/ou que os caracteriza a partir de referenciais alógenos à sua realidade e, é na contramão de tais (des)caracterizações, que se emprega neste estudo o uso e aplicabilidade do conceito de territorialidade proposto por Sack (1986). Ao analisar as diferentes formas de organização das territorialidades humanas, o autor apresenta 10 tendências e/ou potenciais de análise para conceituar a territorialidade e sinaliza, também, a possibilidade de combiná-las a 14 eixos interpretativos, os quais, segundo ele, ao serem entrecruzados um ao outro, constituem-se em “tendências importantes” ou em “tendências extremamente importantes” para a compreensão da territorialidade, conforme pode ser observada na Figura 1.

Figura 1 - Internal links among tendencies and combinations.



Fonte - Adaptado de Sack (1986, p. 35).

Para o autor, a relação e/ou combinação entre as três primeiras tendências: 1ª classificação; 2ª comunicação e 3ª reforço e/ou controle, são essenciais para compreender a territorialidade e que

mesmo ao se considerar a possibilidade de uma reflexão, onde estas não sejam às “razões” prioritárias da análise, ainda assim, estas deverão se fazer presentes, pois compreendem aos pressupostos da definição da territorialidade, que no seu entendimento compreende a uma estratégia e/ou uma “tentativa de um indivíduo ou de um grupo, afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e da afirmação do controle sobre uma dada área geográfica” (p. 19, tradução do autor).

Ressalta-se, também, que Sack (1986) enfatiza que as tendências e as combinações apresentadas não são independentes uma das outras e que nem todas precisam ser usadas numa mesma análise territorial. Neste caso, os seus significados ou importâncias dependerão das condições históricas específicas e de quem controla quem, como e para que propósito - elementos essenciais para a constituição do território.

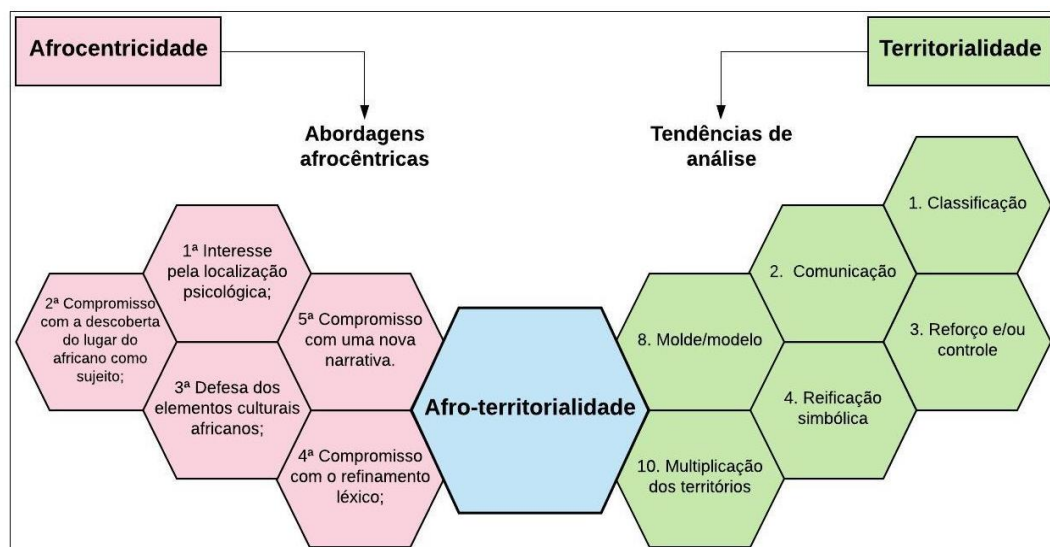
No que compreende a fundamentação da perspectiva apresentada neste estudo, tomou-se como referência seis tendências de análises, as quais para o autor são essenciais para consolidar os pressupostos da afro-territorialidade enquanto uma ferramenta de análise teórico-conceitual, sendo elas: 1ª classificação; 2ª comunicação; 3ª reforço e/ou controle; 4ª reificação simbólica; 8ª molde/modelo; 10ª multiplicação dos territórios, descritas, em síntese, da seguinte maneira:

1ª Classificação: a territorialidade implica em uma forma de classificação por área; 2ª Comunicação: a territorialidade deve conter uma forma de comunicação. Isto pode envolver uma marca ou sinal, tal como é comumente encontrada em uma fronteira. A fronteira territorial pode ser somente a forma simbólica que combina a direção no espaço e uma afirmação sobre a posse ou exclusão; 3ª Reforço e/ou controle: cada exemplo de territorialidade deve envolver uma tentativa no esforço de controlar o acesso sobre a área e as coisas dentro dela ou restringir a entrada das coisas de fora. De maneira mais geral, cada exemplo deve envolver uma tentativa de influenciar as interações; 4ª Reificação simbólica: a territorialidade propicia meios de reavivar o poder. [...] A territorialidade [neste sentido] torna os potenciais explícitos e reais, tornando-os visíveis; 8ª Molde/modelo: a territorialidade atua como um agente modelador dos eventos no espaço; 10ª multiplicação dos territórios: a territorialidade pode ajudar a criar novas territorialidades e mais relações para moldar outros territórios (SACK, 1986, p. 31-34, tradução do autor).

Isto posto, considera-se que as tendências selecionadas para compreender as dinâmicas territoriais dos terreiros de candomblé contribuam para trazer à tona novos e outros referenciais que outrora foram, e ainda são, de alguma maneira, marginalizados e invisibilizados por não se constituírem a partir de princípios e “valores” hegemônicos.

Deste modo, acredita-se que a afro-territorialidade - enquanto uma perspectiva geográfica afrocentrada - constituída a partir das interfaces da abordagem afrocêntrica, com as tendências de análises que alicerçam os princípios da territorialidade descritos por Sack (1986), conforme sinalizado na Figura 2, torne possível reconhecer e compreender as peculiaridades étnico-culturais, sócio-históricas e socioespaciais que envolvem o processo de constituição dos terreiros de candomblé enquanto um fenômeno geográfico.

Figura 2 - Afro-territorialidade pressupostos e interfaces teórico-conceituais.



Fonte - elaborado pelo autor (2021).

A afro-territorialidade, portanto, respeitando as características das tendências assinaladas (1ª classificação; 2ª comunicação; 3ª reforço e/ou controle; 4ª reificação simbólica; 8ª molde/modelo; 10ª multiplicação dos territórios), pode ser compreendida como um movimento territorial inerente as estratégias de sobrevivência da gente negra em seu processo de (re)territorialização, principalmente na formação socioespacial dos terreiros de candomblé, movimento este que rememora o final do século XVIII e início do XIX. Trata-se do estabelecimento de uma relação mais íntima dos sujeitos com o lugar e, conseqüentemente, com o território – o terreiro de candomblé -, um vínculo celebrado a partir da atribuição de valores, sentimentos e significados que (re)desenham os princípios e valores de identidades individuais e coletivas de tais segmentos afroreligiosos.

Neste sentido, a afro-territorialidade é, e pode ser, compreendida como uma amálgama territorial constituído a partir de um constructo cultural (i)material fundamentado em princípios mítico-filosóficos e mágico-religiosos que, embora adaptados e/ou ressignificados, ainda no século XVIII, num contexto de escravização da gente negra, seja a responsável pelas estruturas simbólicas de poder que, ainda hoje, garantem a manutenção de tais tradições afroreligiosas no que se refere aos princípios de sua organização, estruturação e difusão socioespacial, diferenciando-se totalmente das demais religiões de origem judaico-cristãs.

Trata-se, portanto, da reprodução de um conjunto de saberes – concepção de mundo e noção de pessoa – de origem negro-africano que são transmitidos via oralidade aos membros iniciados na tradição do culto aos orixás, por meio de um complexo sistema de ensino-aprendizado, estruturado sob um modelo senioridade, onde os membros mais velhos dos terreiros assumem o papel de educadores, ensinando os mais jovens, constituindo-se como os responsáveis pela transmissão dos saberes religiosos, das regras sociais e comportamentais orientadas pelo sentido de ser e existir de tais tradições, o que implica diretamente na forma como os membros do candomblé se relacionam com o tempo e, principalmente, com o espaço (LIMA, 2003; MELO, 2019).

É sob tais referenciais que se apresenta e defende a perspectiva aqui apresentada, de que a afro-territorialidade corresponda aos princípios de articulação dos povos negro-africanos com a terra, ou melhor, com o território. Um constructo cultural (i)material simbólico, inerente às tradições orais, ou seja, transmitido de geração a geração por meio da fala, sendo os princípios e/ou fundamentos necessários para a constituição dos terreiros de candomblé como um fenômeno territorial multiescalar.

Neste caso, cabe ponderar que a afro-territorialidade, enquanto uma “estratégia e/ou tentativa de um indivíduo ou de um grupo afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e da afirmação do controle sobre uma dada área geográfica”, constitua-se, também, sob o reconhecimento da luta e resistência da população negra na retomada de sua humanidade que, sob a lógica do sistema escravagista de administração colonial, não possuía autonomia sobre suas ações, o que o coloca em uma situação diferenciada no que se refere ao uso, apropriação e controle do “espaço”, tendo de agenciar estratégias que lhes possibilitassem ocupar as fissuras socioespaciais do território da gente branca. É neste cenário assimétrico de poder, que lideranças religiosas agenciaram um complexo sistema religioso e uma rede de solidariedade que contribuiu para a formação dos terreiros de candomblé.

Diante o exposto, vale recordar as observações de Sack (1986) quanto ao papel e função das territorialidades:

A territorialidade, então, forma o pano de fundo para as relações espaciais e concepções de espaço. A territorialidade aponta para o fato de que as relações espaciais não são neutras. As pessoas não apenas interagem no espaço e se movem pelo espaço como bolas de bilhar. Ao contrário disso, a interação humana, o movimento e contato são também questões relacionadas a transmissão de energia e informação para afetar, influenciar e controlar as ideias e ações dos outros e seu acesso aos recursos. As relações espaciais humanas são os resultados de influência e poder. A territorialidade é a principal forma espacial que o poder assume (SACK, 1986, p. 26, tradução nossa).

Portanto, reafirma-se aqui que o emprego do termo “afro” ao conceito de territorialidade compreende a visibilidade de um conjunto de elementos simbólicos que permitiu a população negro-africana, desumanizada historicamente, agenciar em terras brasileiras um constructo cultural, político e simbólico que possibilitou a tais sujeitos se reterritorializarem a partir da reprodução de elementos

sociais, culturais, políticos e religiosos (ancestralidade, senioridade, família e iniciação ao culto aos orixás) que, ainda hoje, alicerçam as estruturas rituais dos terreiros de candomblé. Em síntese, corresponde ao reconhecimento do protagonismo de tais sujeitos em sua luta e resistência contra agentes de escravização, constituindo-se, assim, como um “substantivo” para diferenciar tal movimento de outras formas de se conceber a territorialidade, principalmente daqueles povos que tiveram sua história interrompida pelo fenômeno da desterritorialização, desumanização e escravização.

AFRO-TERRITORIALIDADE – APLICABILIDADE TEÓRICO-CONCEITUAL

Embora nas duas últimas décadas os estudos sobre as diferentes formas de manifestação da cultura afrorreligiosa no espaço tenham ganhado visibilidade em debates geográficos, ainda é pouco expressiva a produção de estudos dedicados à compreensão dos terreiros de candomblé a partir de uma perspectiva socioespacial.

No que tange à baixa produção de estudos sobre os terreiros de candomblé, elaborados no âmbito da Ciência Geográfica, cabe sinalizar que entre os anos de 2003 e 2017, os programas de pós-graduação em Geografia de todo o país registraram apenas a produção/defesa de cinco teses de doutorado e doze dissertações de mestrado sobre a temática mencionada (MELO, 2019) e; que entre os anos 2000 e 2019, foram publicados apenas 28 artigos sobre as dinâmicas socioespaciais que envolvem os terreiros de candomblé em Revistas brasileiras de Geografia (MELO e SILVEIRA, 2020).

Com isso, nota-se que os estudos sobre os terreiros de candomblé, elaborados no âmbito da Geografia, correspondem a um fenômeno recente na história do pensamento geográfico brasileiro, o que torna o tema do presente artigo relevante, principalmente por apresentar a afro-territorialidade como uma perspectiva teórico-conceitual geográfica – afrocentrada – para compreender as dinâmicas territoriais dos terreiros de candomblé; compreendendo-a, também neste processo, como um constructo cultural (i)material simbólico forjado sob valores míticos e filosóficos, responsável pela organização, orientação e manutenção das práticas afrorreligiosas em seu processo de difusão territorial, quando da fundação de novos terreiros de candomblé, ainda nos dias de hoje.

Vale frisar que a caracterização da afro-territorialidade como uma amálgama cultural, que torna possível identificar e compreender a relação dos membros do candomblé com os terreiros e com os espaços de celebração religiosa que se estendem para além dele, repousa sobre os estudos de Aureanice Corrêa (2002; 2004); Jussara Dias (2003; 2006) e Leonardo Carneiro (2009), os quais, a nosso ver, inauguraram eixos interpretativos significativos para a compreensão dos terreiros de candomblé como um objeto geográfico. Tratam-se de abordagens que, partindo de referenciais metodológicos distintos, caracterizaram os terreiros de candomblé a partir de uma crítica socioespacial multiescalar que recorre aos conceitos de paisagem, lugar e território para exemplificar as diferentes formas de manifestação da cultura afrorreligiosa no espaço.

Ao analisar o princípio de organização socioespacial das práticas afrorreligiosas, Corrêa (2004) caracteriza o processo de formação dos terreiros de candomblé como o resultado da transposição e (re)produção de um conjunto de “geossímbolos”, numa dada paisagem – a “paisagem conivente” - que permite aos seus membros – a partir da “imaginação geográfica” – rememorem seu território ancestral em África. Fenômeno decorrente de um intenso movimento de (re)territorialização das práticas culturais de origem negro-africana nos terreiros de candomblé, onde se reproduz as geografidades de diferentes povos negros, dentre eles, em maior escala, os iorubás (nagôs) do sudoeste da atual Nigéria, os fon (jejes) do leste do Benin e, em menor referência, os bantu da África Central.

Sob a crítica da autora, o terreiro de candomblé corresponde a um fenômeno geográfico – um território cultural - que possui raízes no processo de desterritorialização dos povos negros em África que, em terras brasileiras, mais precisamente na cidade de Salvador-BA, conseguiram se (re)organizar e se reterritorializar no “território-terreiro” de candomblé, *lócus* do “encontro da produção simbólica e da possibilidade de recomposição política, social e religiosa, que se materializa em terras brasileiras [...]” (CORRÊA, 2004, p. 05).

Ao descrever os locais de celebração de atos rituais do culto aos orixás como geossímbolos afrorreligiosos, a autora sinaliza para a existência de lugares de celebração (ora visíveis outras não)

que estão para além dos limites dos terreiros, principalmente ao apontar que tais “signos/símbolos” possuem como significantes os arquétipos das divindades a serem cultuadas.

Neste sentido, a semiografia da paisagem conivente do território-terreiro é articulada em sua invisibilidade, na disposição de artefatos e no significado que estes possuem, como operada também, nos gestos sígnicos dos orixás, que orientam o iniciado no *socius* e no ambiente do sagrado do mesmo. Assim, vemos no orixá Iansã e em seus gestos fortes e impetuosos, a representação da tempestade e os ventos que a antecedem; em Xangô, rei de Oyó sua realeza, na postura altiva do seu corpo e no zigue-zague de sua dança, o raio que prepara para o estrondo do trovão; em Iemanjá no balançar das suas mãos espalmadas, as ondas ora turbulentas, ora mansas do oceano; com Oxum, através do som suave que emite e de sua dança graciosa, o murmúrio das cachoeiras; em Ogum, o ferro, o seu elemento, trabalhado pelo ato humano que o transforma em ferramenta; no Oxossi, a caça aos animais necessários para a sobrevivência humana e dos orixás através das oferendas; no Obaluaíê, as epidemias e a cura destas e em Nanã, a mãe ancestral, que com sua dança lembra aos seus filhos o princípio feminino (CORRÊA, 2004, p. 89).

Como pode ser observado, os geossímbolos são elaborados, ou reverenciados, a partir dos arquétipos das divindades que ele pode representar. Logo, os geossímbolos do “sagrado vivido” pelos membros dos terreiros de candomblé podem ser identificados sob diferentes formas e representações.

Em perspectiva análoga à de Corrêa (2004), ao considerar o candomblé como uma religião afro-brasileira, criada a partir da agregação de diversas estruturas litúrgicas africanas e, ainda, como fruto de uma estratégia de sobrevivência bem sucedida de movimentos de (des)(re)territorialização dos povos negro-africanos, Dias (2006) sinaliza que,

A forma de apropriação do espaço das comunidades de candomblé não possui, necessariamente, uma referência física claramente definida e delimitada, até mesmo porque extrapola os limites dos terreiros. Ela se faz bem delimitada de forma simbólica, cultural e política pelos indivíduos que integram a religião, indicando que o grupo se define por um laço material ou por representações coletivas que tomam forma num espaço onde estão em jogo relações socioculturais e políticas [...] (DIAS, 2006, p. 44).

Portanto, o terreiro enquanto um território contínuo - “espaço fixo”, centro de (re)produção do poder e de manutenção do culto - se configura para além de seus limites espaciais, pois tratar-se-ia daqueles “utilizados pelos integrantes da religião para realização de rituais [rios, cachoeiras, matas, lagoas, manguezais e etc.] que não podem ser realizados no interior dos terreiros, e, por esta razão, também considerados sagrados, como territórios descontínuos” (DIAS, 2006, p. 43).

Cabe pontuar que, embora os estudos sinalizados se dediquem a compreensão das diferentes formas de materialização da cultura afroreligiosa no espaço, os debates em tela não se restringem aos eixos interpretativos da relação dicotômica e/ou complementar existente entre os chamados espaços sagrado e profano, amplamente divulgados no âmbito da Geografia da Religião.

Sob a perspectiva de Corrêa (2002; 2004) e Dias (2003; 2006), pode-se considerar que as práticas afroreligiosas do candomblé, transcendem os limites interpretativos dos conceitos de “espaço sagrado” e “espaço profano”, pois a compreensão de mundo elaborada a partir da perspectiva cristã, divide o “mundo” em dois princípios antagônicos: o espaço sagrado, onde prevalece a ordem de “Deus” e; o espaço profano, aquele ordenado pelo caos social não religioso. Portanto, havendo entre estes uma demarcação clara de limites interpretativos temporais e socioespaciais, onde a peculiaridade do sagrado pode interferir diretamente na lógica do profano por meio da hierofania, entretanto a lógica profana seria incapaz de romper com a ordem da revelação divina (ELIADE, 1992; DURKHEIM, 2003; ROSENDAHL, 1994), o que diferencia tal referencial da realidade rito e litúrgicas das tradições do candomblé, uma vez que tal prática não reconhece o limite entre um mundo dito sagrado e outro dito profano.

Nesta perspectiva, Carneiro (2009) coloca em evidência a necessidade de um olhar cuidadoso sobre as diferentes formas de manifestação das práticas afroreligiosas que se estendem para além dos terreiros. Neste caso, o autor afirma que os atos rituais e as práticas afroreligiosas do candomblé e da umbanda imprimem na paisagem as marcas de sua religiosidade e que estas, por sua vez, revelam suas concepções de mundo, que por meio de tais sujeitos, “se transterritorializam na

metrópole”. Indagação relevante, pois são inúmeros os registros históricos que relatam o encontro de oferendas deixadas pelos negros nas ruas, vielas e encruzilhadas da cidade de Salvador no final do século XIX (RODRIGUES, 1982), o que indica que a celebração dos atos rito litúrgicos do candomblé, e de outras práticas religiosas de origem africana, nunca estiveram condicionadas aos limites socioespaciais dos terreiros, tampouco a tais limites interpretativos de sua cosmovisão.

Ressalta-se ainda que, ao caracterizar o terreiro de candomblé como um fenômeno geográfico, Carneiro (2009) o descreve “como uma qualidade de lugar [...] um espaço de demarcação de identidades e de resistência simbólico-cultural”, que possibilitou “as religiões africanas recriarem-se em solo brasileiro fundando lugares e produzindo novas compreensões espaços-temporais” (p. 15). Neste caso, o autor compreende o lugar como um movimento análogo ao de territorialização.

É possível pensar que a apropriação ou vivência em um espaço é, concomitantemente, um processo de ‘lugarização’ e territorialização desse espaço: este se transforma em lugar à medida que adquire definição e significado [...]. Por sua vez, Sack (1986) irá nos falar dos processos em que os lugares se tornam territórios; na verdade, o autor nos fala da necessidade de determinados lugares se tornarem territórios para continuarem a existir como lugares (CARNEIRO, 2009, p. 16).

Dentre outras questões retratadas por Carneiro (2009), é a análise acerca de quais instrumentos ou veículos seriam pertinentes para a constituição daquilo que ele definiu como sendo as bases da “transterritorialização” das práticas afrorreligiosas na metrópole. Neste caso, destacam-se dois momentos ou processos distintos, porém complementares que caracterizam tal fenômeno; o primeiro que possibilita o extrapolar das fronteiras entre espaço sagrado e profano; e o segundo, sobre o papel do corpo dos iniciados nas tradições afrorreligiosas, propondo um diálogo entre corporeidades e geograficidades.

Ao analisar o uso da apropriação do espaço público por membros do candomblé e da umbanda na cidade do Rio de Janeiro, o autor aponta que existe um campo de possibilidades de ação e articulação entre as fronteiras do espaço sagrado e espaço profano, comuns nos estudos de Geografia da Religião e que estes não são legíveis às interpretações do universo socioespacial das religiosidades afro-brasileiras.

Entre o sagrado e o profano existiriam espaços como fronteiras abertas, onde algo novo sempre se inicia, lugares de vivência, de comunicação e de trocas e territórios religiosos onde ocorrem a manipulação e a administração do sagrado. Entenderia, então, a diferença entre o “sagrado vivido” pela sociedade religiosa e o “sagrado concebido” pela ciência e por algumas instituições religiosas comprometidas com a racionalidade eurocêntrica. Esta pesquisa se fundamenta, de certo, na cooptação do sagrado vivido pelas sociedades religiosas afrobrasileiras e na projeção de suas geograficidades, nas quais meio e sociedade se articulam em processos de mútuos entrelaçamentos (CARNEIRO, 2009, p. 86).

Cabe considerar que o segundo processo apontado pelo autor em destaque, trata-se de “algo” transcendente, inerente ao processo de iniciação dos membros do candomblé, onde cada um dos iniciados é educado a partir de princípios sociorreligiosos particulares, comuns às tradições afrorreligiosas.

As amarras de toda a convivência e de toda a geograficidade se encontram no ser: ser que é corpo; corpo que toma consciência de si e do mundo; corpo que marca o espaço; corpo que convive imerso em mundos; corpo mundificado que corporifica o mundo; corpo que transcreve uma corporeidade fractal de uma geograficidade do social (CARNEIRO, 2009, p. 11).

Aqui cabe ponderar que o conjunto de ensinamentos apontados pelo autor, como pressupostos da “educação dos corpos” dos iniciados nas tradições afrorreligiosas, aproxima-se daquilo que Fabio Leite (2008) denominou de valores civilizatórios em sociedades negro-africanas e daquilo que se referenda, nesta reflexão, como sendo os princípios de estruturação da afro-territorialidade. Trata-se de um conjunto de ensinamentos que variam desde questões mítico-filosóficas; mágico-religiosas; familiares; sociais; políticas, dentre outras, de ordem religiosa que colocam os iniciados, em conexão com o axé das divindades e demais ancestrais.

Sobre a questão do axé presente no corpo dos iniciados, como veículo de “transterritorialização” das práticas afrorreligiosas no processo de “lugarização/territorialização” de novos “lugares/territórios” de celebração, Carneiro (2009), sinaliza que estes são:

Efêmeros, sem dúvidas, mas capazes de imprimir poder sagrado à movimentação e à fixação do axé nos lugares sagrados afro-brasileiros. O axé, que significa energia, fluidez e vida, é o poder ao qual nos referimos. O axé é a dinâmica do mundo afro-brasileiro; foi o axé existente nos corpos dos africanos que se transportou para o Brasil e faz-se, hoje, presente em muitos outros corpos e em muitos outros lugares. O axé antropomórfico é fruto da ritualização e é a essência da transformação. O rito é relação e é transformador (CARNEIRO, 2009, p. 87).

Sendo assim, ao afirmar ser o corpo um veículo de “transterritorialização” do axé das práticas afrorreligiosas, o corpo torna-se o principal instrumento de agenciamento territorial dos devotos do candomblé, ou seja, os devotos em sua expressão de sacralidade - uma vez que porta signos do sagrado - desenham e redesenham distintas formas de “lugarização”, o que, a nosso ver, nesta reflexão, contribui para compreender os princípios da afro-territorialidade.

Deste modo, acredita-se ser o corpo o principal instrumento e/ou veículo no processo de (re)territorialização dos povos negro-africanos em terras brasileiras e, principalmente, no processo de constituição dos terreiros de candomblé. Pois repousa sob seu abrigo o axé, os valores civilizatórios, mítico-filosóficos e mágico-rituais responsáveis pela transposição de um imaginário geográfico particular que se (re)desenha territorialmente a partir da constituição da afro-territorialidade. E, como ressaltado por Carneiro (2009), “a corporeidade e a geograficidade das sociedades afro-brasileiras são aspectos inseparáveis e que se transformam mutuamente” (p. 12).

Ainda no que se refere ao corpo como um lugar de aspectos do sagrado, acrescenta-se, a este, a capacidade de agenciamento e protagonismo de tais sujeitos, pois:

O lugar pode ser o corpo [...] Ele pode ser o templo que conecta diferentes dimensões ou pode ser uma porção determinada do espaço onde se integram diferentes esferas da vida social. O lugar pode ser todo espaço onde se estabeleçam rituais. O rito é transformador [...] ele tem a capacidade de conferir essência sagrada a espaços, até então, não-sagrados. [...] Há uma razão de ser: a divisão e a classificação entre sagrado e profano parece-nos demasiadamente “fixa”, rígida. Se adotamos uma abordagem processual, devemos estar prontos para tirar os invólucros fixadores e classificadores do espaço (CARNEIRO, 2009, p. 27) .

Com base nas observações supracitadas não se pode perder de vista os problemas e/ou possíveis inconsistências da relação entre o “espaço sagrado e o espaço profano” para a compreensão dos terreiros de candomblé, principalmente ao sinalizar a não centralidade de um ponto fixo de revelação do sagrado em meio ao caos do espaço profano (ROSENDAHL, 1994; CORRÊA, 2002, 2004; DIAS, 2003; CARNEIRO, 2009). Neste caso, reforça-se a ideia de que o corpo exerça a função de um veículo e/ou o instrumento de “transterritorialização” do axé, ou seja, de difusão dos códigos “sagrados” legíveis aos membros do candomblé que identificam nas diferentes paisagens da cidade, lugares destinados à celebração de seus atos rituais, invertendo com a lógica de revelação de tais espaços por meio da manifestação e/ou revelação de “algo” divinamente sagrado - hierofania. Neste sentido, ainda, tais espaços podem ser caracterizados como extensões dos terreiros, espaços complementares e de apoio, ou como sugeriu Dias (2006), como as marcas de um território (des)contínuo das tradições afrorreligiosas, a qual acredita-se poder ser acionada por meio dos dispositivos que nutrem, aqui, o que se define como os princípios da afro-territorialidade.

Deste modo, considera-se que o referencial teórico-conceitual em debate, seja suficiente para elucidar as marcas e/ou os processos de materialização da afro-territorialidade como um fenômeno territorial presente na estruturação dos territórios (contínuos e descontínuos) do candomblé. Neste sentido, faz-se importante assinalar que, embora cada um dos autores convidados para este debate tenha se dedicado sob uma abordagem interpretativa específica para lidar e/ou definir os terreiros de candomblé como um fenômeno geográfico, é interessante frisar que ambas as análises propostas possuem certa aproximação ou dialogam entre si na construção de suas ideias e narrativas, principalmente quando defendem e/ou afirmam que:

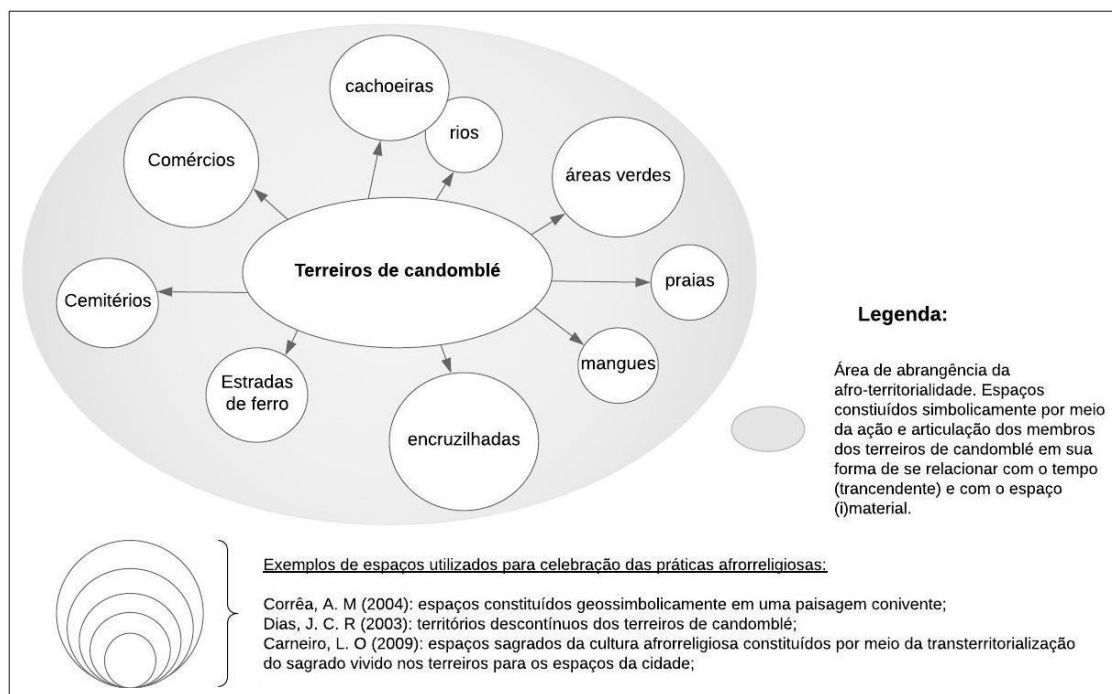
a) a materialidade socioespacial dos terreiros de candomblé resultam da capacidade de agenciamento e organização da população negro-africana diante mecanismos de opressão branco-hegemônicos que os mantinham num constante movimento de des-re-territorialização);

b) os lugares sagrados na religião afro-brasileira são constituídos a partir de elementos simbólicos, materiais e imateriais visíveis ou invisíveis, que se estendem desde o interior dos terreiros até os limites possíveis de sua área de abrangência;

c) os lugares de culto do candomblé (tanto internos, quanto externos ao terreiro), representam e celebram as expressões das tradições de origem negro-africana no espaço, sendo legível, na maioria das vezes, apenas para os membros de tais tradições. Condição que coloca em evidência a questão de sua não aceitação, visto que sua organização espacial e simbólica, destoa-se totalmente da lógica da religião hegemônica, o que contribui a nosso ver para ações de perseguição e agressão por parte de outros grupos religiosos.

Isto posto, acredita-se que exista um elemento e/ou princípio de organização que entrecruze as possibilidades assinaladas e, é neste campo de intersecção de ideias e debate, que se insere a afro-territorialidade como um fenômeno de agenciamento territorial, como pode ser observado na Figura 3.

Figura 3 - Afro-territorialidade e agenciamento territorial – representação dos locais de culto aos orixás que se conectam as práticas afrorreligiosas estabelecidas no interior dos terreiros.



Fonte - elaborado pelo autor (2021).

Portanto, aventa-se com isso a ideia que tanto a constituição dos “geossímbolos” presentes na “paisagem conivente” dos terreiros; como os “espaços sagrados expandidos” que se agenciam em “territórios (des)contínuos”, constituam-se, mesmo em suas especificidades, por meio da “transterritorialização” das práticas afrorreligiosas articuladas pelos membros do candomblé, sendo estes orientados por um conjunto de valores mítico-filosóficos e mágico-religiosos que alicerçam a afro-territorialidade enquanto uma dinâmica territorial que extrapola os limites espaciais dos terreiros de candomblé, gerando com isso, uma complexa trama de locais de culto que se conectam entre si na celebração do culto aos orixás e demais divindades.

Todavia, em caráter de exemplificação, recorda-se as observações de Haesbaert (2011) ao caracterizar os territórios constituídos a partir de mobilidade humanas, como no caso dos povos nômades que desenham os seus territórios com base no controle e no conjunto de experiências que adquirem com os lugares, estruturando-se, assim, os territórios-redes. Neste caso, sob uma perspectiva cultural, o autor invoca as ideias de Bonnemaison (1981), as quais se acreditam serem pertinentes para compreender a afro-territorialidade como um fenômeno de agenciamento territorial que possibilitou aos povos negro-africanos e a seus descendentes se (re)territorializarem a partir do

processo de formação dos terreiros de candomblé, no final do século XVIII e início do XIX. Neste sentido, vale recordar que

[...] um território, antes de ser uma fronteira, é primeiro um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários. [...] A territorialização [...] engloba ao mesmo tempo [enraizamento] e aquilo que é mobilidade, em outras palavras, tanto os itinerários quanto os lugares (BONNEMAISON, 1981 apud HAESBAERT, 2011, p. 280)

Isto posto, aventa-se que independe do tipo de categorização geográfica empregada pelos autores para compreensão das práticas afroreligiosas, enquanto um fenômeno geográfico (seja sob a escala do lugar ou do território, ou ainda, sob a crítica das dinâmicas socioespaciais internas e externas dos terreiros de candomblé), ambas sejam resultantes de movimentos territoriais agenciados pela afro-territorialidade. Logo, seu campo de influência se constituiria sob a forma de um território cultural e simbólico, um espaço de celebração de práticas religiosas que evidenciam nas diferentes paisagens as marcas de uma identidade singular de culto.

Portanto, conforme explicitado, o(s) corpo(s) do(s) iniciado(s), portador(es) de axé - um conjunto de tradições e valores míticos e filosóficos que mesclam aspectos sociais, culturais, políticos, religiosos e simbólicos -, assumem a função de agente produtor e modelador do espaço - princípio determinante do fenômeno geográfico -, ao produzir os "territórios afroreligiosos". Ou seja, os espaços de celebração dos atos-rituais de tais tradições invocam as marcas e/ou os traços de resistência do agente negro em sua dinâmica de reterritorialização estabelecida em outros tempos, uma vez que tal ação possui, seguindo aos apontamentos de Sack (1986), a intenção de: (1) classificar e estabelecer os limites de uma determinada área de atuação do grupo; (2) comunicar a essência do fato religioso por meio de elementos simbólicos; (3) estabelecer o controle sobre o espaço diante do fato religioso e de sua execução ritual; (4) reforçar as estruturas litúrgicas de poder e hierarquia tornando os valores míticos e simbólicos de tais tradições reais e concretas; (8) estabelecer um novo desenho e/ou arranjo para o espaço (território) apropriado; (10) garantir por meio de suas práticas a (re)produção dos territórios de celebração ritual atendendo a demanda religiosa. Neste caso, a afro-territorialidade é articulada espacialmente como uma amalgama que conecta os diferentes lugares e/ou territórios numa mesma sintonia rito litúrgica de celebração afroreligiosa, um fenômeno de agenciamento territorial constituído a partir de valores mítico-filosóficos e mágico-religiosos que estavam, e ainda estão, em constante agenciamento territorial em terras brasileiras desde o final do século XVIII.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme indicado, este estudo apresenta a afro-territorialidade como uma perspectiva teórico-conceitual geográfica afrocentrada, que possibilita compreender as dinâmicas territoriais das práticas do candomblé que se estendem para além dos limites dos terreiros. Para tanto, recorreremos à definição de territorialidade proposta por Sack (1986), quando define tal "movimento" como a "tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e da afirmação do controle sobre uma área geográfica" (p. 19), concepção, esta, a qual se acrescentou, a partir de uma crítica afrocêntrica, o reconhecimento da capacidade de agenciamento e, ainda, o protagonismo do agente negro na elaboração de suas próprias territorialidades, concebendo, estas, como atos de resistência contra-hegemônicos e de apropriação espacial, principalmente por ser reconhecida historicamente a negação da humanidade e da liberdade da população negra no contexto mercantil-escravagista.

Considerando a crítica apontada, sugerimos e agregamos ao conceito de territorialidade o termo "Afro", estabelecendo com isso o termo Afro-Territorialidade, como uma perspectiva teórico-conceitual que, em no âmbito da ciência geográfica, torna possível identificar e compreender não somente o protagonismo do agente negro na composição das suas realidades socioespaciais, mas, como também, reconhecer a complexidade que envolve a elaboração de tais espaços afroreligiosos, evidenciando, com isso, as estruturas míticas, simbólicas e filosóficas que asseguram a própria existência e significado dos territórios de terreiros de candomblé.

Neste sentido, caracterizamos a afro-territorialidade como um constructo cultural mítico-filosófico, inerente as tradições do agente negro, que diante à sua necessidade de (re)territorialização, contribui não somente para elaboração de uma estética ritual moldada sob uma "aparência" particular como, também, para o estabelecimento de "formas e funções" específicas que resultaram no modelo de organização territorial dos terreiros de candomblé. Neste caso, o terreiro de candomblé, sob a

perspectiva da afro-territorialidade, foi analisado como um território cultural, constituído a partir de um conjunto de valores mítico-filosóficos e mágico-religiosos que nutrem tanto as essências dos signos e símbolos que o constituem, quanto estabelece as regras de comportamentos sociais dos membros que com ele se relacionam, seja nos diferentes espaços dispostos no interior dos terreiros, ou para aqueles que se estendem para além dele.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 1026 p.
- ASANTE, Molefi Ket. **Afrocentricity: the theory of social change**. Buffalo, NY: Amulefi, 1980. 172 p.
- ASANTE, Molefi Ket. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In.: NASCIMENTO, Elisa Larkin. (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemologica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.
- CARNEIRO, Leonardo de Oliveira. **A metrópole sagrada: geograficidades de um Rio de Janeiro afro-brasileiro**. 2009. 285 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2009. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/Vers%C3%A3o-na-integra1.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- CORRÊA, Aureanice de Mello. **Irmandade da Boa Morte como manifestação cultural afro-brasileira: de cultura alternativa a inserção global**. 2004. 323 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- CORRÊA, Aureanice de Mello. Território, cultura e identidade: o terreiro de candomblé como imaginação geográfica. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, v. 1., 2002, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa-PB: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002.
- DIAS, Jussara. C. R. **Território do candomblé: a desterritorialização dos terreiros na região metropolitana de Salvador, BA**. 2003. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociência, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- DIAS, Jussara. C. R. Territórios do candomblé: a desterritorialização dos terreiros na Região Metropolitana de Salvador, Bahia. **Revista GeoTextos**, vol. 2, n. 2, 2006. p. 31-85. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3038/2186>>. Acesso em : 5 fev. 2021.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. 13ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 609 p.
- ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 200 p.
- HAESBAERT, Rogério . **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 396 p.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1176 p.
- LEITE, Fabio R. da R. **A questão ancestral: África Negra**. São Paulo: Pallas Athena, Casa das Áfricas, 2008. 385 p.
- LIMA, Vivaldo da C. **A Família-de-Santo nos Candomblés Jeje-Nagôs da Bahia: um estudo de relações intra-grupais**. 2ª ed. Salvador: Corrupio, 2003. 216 p.
- MELO, Emerson. **A compreensão das dinâmicas territoriais afrorreligiosas a partir da perspectiva da afro-territorialidade: um estudo sobre o processo de constituição, organização e difusão do Candomblé Kétu**. 2019. 228 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=15690>. Acesso em: 5 out. 2020.
- MELO, Emerson; CORREA, Aureanice de Mello. Entre fluxos e refluxos, agenciamentos territoriais e a transnacionalização do candomblé. In: CARBALLO, Cristina T.; FLORES, Fabian C. (Org.). **Territorios, fiestas y paisajes peregrinos: cartografías sociales de lo sagrado**. 1ª ed. Buenos Aires: La Imprenta Digital SRL, 2016, v. 1, p. 185-200.

MELO, Emerson; SILVEIRA, Aline da F. S. Espaço, debate e (in)visibilidade: estudos sobre terreiros de candomblé em revistas brasileiras de Geografia (2000-2019). **GEOUSP - Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, v. 24, n. 3, p. 581-599, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/173361>>. Acesso em: 13 fev. 2021. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.173361>

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil**. 6ª ed. Brasília: EUNB, 1982. 283 p.

ROSENDAHL, Zeny. **Porto das Caixas**: espaço sagrado da Baixada Fluminense. 1994. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SACK, R. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge, 1986. 272 p.

Recebido em: 18/02/2021

Aceito para publicação em: 22/06/2021